



MATERNIDADE DE PAPEL: UMA ANÁLISE SOBRE A REVISTA PAIS & FILHOS

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3427

Georgiane Garabely Heil Vázquez, UEPG

Resumo

Essa comunicação tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a construção da ideia de amor materno e os discursos sobre maternidade no periódico brasileiro mensal “Pais & Filhos”. A revista, fundada em setembro de 1968 é a mais antiga do país no segmento específico de maternagem e cuidados com mães, puérperas e crianças. Em termos metodológicos foram analisados exemplares da revista no período de 1968 até o ano 2000, arquivados na biblioteca pública do Paraná. A partir dessa seleção foi feita a análise de conteúdo acerca do ideal de maternidade presente no periódico. Em termos teóricos essa comunicação se ampara nos debates de teoria feminista apresentados por Badinter (1985; 2011), Forna (1999), assim como em diversos textos de Michel Foucault. Por meio da análise das revistas foi possível compreender que a publicação buscou construir discursos e representações sobre um ideal de maternidade e amor materno, mas, além disso, buscou colocar-se como um mecanismo capaz de “educar” e fornecer novos saberes e práticas para mulheres e suas experiências com a maternidade, ajudando assim a criar e, ou a reforçar estereótipos e representações sobre a maternidade e as mulheres mães, se colocando muitas vezes como uma espécie de ponte entre o conhecimento médico/psicológico e as mulheres/mães.

Palavras Chave:

maternidade, mulheres, Revista Pais & Filhos.

Introdução

A maternidade sempre foi um assunto de ampla circulação, seja nas rodas familiares de conversa, nos consultórios médicos e mesmo na mídia. Desta forma, diferentes campos do social irão promover debates com objetivo de compreender e construir saberes sobre o parto e maternidade, em especial, na segunda metade do século XX.

Assim, essa comunicação de pesquisa pretende apresentar alguns dos exemplos de como a revista mais antiga do país a tratar dos assuntos da gravidez e da maternagem construiu saberes supostamente educativos para as grávidas e para as mães. Trabalhei com a análise da produção do discurso construído pela *Pais & Filhos* e não com a ideia de recepção de leitura ou público leitor. A revista *Pais & Filhos* molda suas narrativas visando um público específico, uma ideia de leitora ideal. Nesse sentido, as reportagens são discursivamente construídas pensando sempre na valorização da maternidade e tratando a ausência de filhos com algum grau de incômodo.

De acordo com as considerações de Schwengber (2007), a politização da maternidade e até mesmo dos corpos grávidos ganha espaço no contexto de um artefato específico da mídia brasileira, a revista *Pais & Filhos*. Esse fato demonstra a importância que a mídia assume, ocupando posição de destaque no processo de constituição de sujeitos contemporâneos e suas subjetividades. Ainda segundo Schwengber (2007), é importante destacar que para essa revista a mulher e a mãe praticamente não convivem no mesmo corpo. Dessa forma, para a *Pais & Filhos*, o exercício da maternidade exigiria tamanho grau de dedicação e abdicção que toda a estrutura sexual da mulher ficaria comprometida, ajudando a moldar um ideal de maternidade que deveria ser alcançado por todas as mulheres. Isso se deu com maior intensidade até o final da década de 1980.

Além disso, a revista realizou uma importante articulação entre Medicina e maternidade, na medida em que nos primeiros anos de sua publicação os saberes do discurso médico eram proeminentes, definindo-se como o discurso que respondia de forma quase absoluta pelo processo da gravidez e dos cuidados com os bebês. (SCHWENGBER, 2007).

Ao analisar algumas das reportagens pode-se perceber que o exercício da maternidade e o papel da mulher-mãe eram amplamente valorizados na revista. É importante destacar também que o amor materno foi problematizado nas páginas da *Pais & Filhos*.

A maternidade em folhas de papel

Maior de 1971, em pleno “mês das mães”, a revista *Pais & Filhos* publicou a primeira reportagem questionando a ideia de “instinto materno”. No título, uma pergunta: “Você é obrigada a ter filhos?”, e, ao longo da reportagem, a opinião dos médicos, psicólogos e sociólogos. Em dezembro de 1982, novamente uma reportagem inteiramente dedicada a analisar a respeito da “necessidade” da maternidade. Dessa vez, o título usado foi: “INSTINTO MATERNO: Existe esta força mágica que nos conduz a ser mães?”, e, de forma pioneira, a revista cita o recém-publicado livro de Elisabeth Badinter. Como ainda não havia uma tradução em português, a revista traduziu a obra com o título “Amor materno: mito ou realidade?” e fez uma espécie de resenha do trabalho de Badinter, novamente acrescentando comentários e argumentos dos discursos médico e psicológico.

Em janeiro de 1986, a revista volta ao tema, ao publicar a reportagem “Amor materno: frágil, imperfeito, belo”, mencionando a obra de Badinter, naquele momento já traduzida para o português com o título “Um amor conquistado: o mito do amor materno”. A revista chega a

fazer citação literal da obra e argumenta que a beleza do amor materno está justamente em sua imperfeição e dessa vez a reportagem é marcada por discursos filosóficos e sociológicos, deixando de lado as questões médicas e psicológicas.

Essas são as três únicas reportagens que debateram a questão da construção social a respeito da “obrigação” de maternidade. Embora significativas, elas não demonstram uma opção editorial de problematizar as múltiplas obrigações associadas à maternidade, e tampouco mostram uma mudança significativa no estilo discursivo da *Pais & Filhos* sobre a maternidade e o que um filho “pode” e “deve” representar na vida de uma mulher.

Na primeira reportagem, datada de maio de 1971, é significativa a fotografia de apresentação. Nela, pode-se ver de perfil uma imensa foto de mulher com um bebê nos braços, acalentado entre seu rosto e seu ombro. O detalhe é que não se trata de um bebê, mas sim apenas da sombra da silhueta de um bebê, ou seja, uma mulher real segurando nos braços uma sombra, um bebê imaginário. Partindo dessa imagem, a revista inicia a reportagem dizendo:

A pessoa só enfrenta a velhice com tranquilidade se houver tido um filho, plantado uma árvore ou escrito um livro. Pelo menos é isso o que diz um velho provérbio chinês, mas hoje em dia a mulher também se realiza em outros setores, pois a maternidade deve ser escolhida conscientemente (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 39).

A revista chegou a questionar a ideia de que todas as mulheres nascem para ser mães, mas ao mesmo tempo demonstrou que existe uma espécie de tensão entre o questionamento do instinto maternal e as possibilidades de realização dessa nova mulher nos anos de 1970. A ideia de que existia, sim, a opção entre ter ou não ter filhos é comparada à ideia de que a maternidade deixou de ser “[...] uma

função essencial para transformar-se em um de seus meios de realização.” (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 40). Dessa forma, ao mesmo tempo em que a revista destaca a opção, também deixa claro que a maternidade continuava sendo um meio de realização.

A reportagem segue com uma espécie de reprodução parcial da reportagem publicada na revista norte americana *Look*, a qual apresenta um ensaio com alguns psicanalistas sobre o “mito da maternidade”, enquanto a *Pais & Filhos* reproduziu no Brasil tais discursos sobre a necessidade de filhos. Embora ao longo da reportagem exista uma tentativa de demonstrar que a escolha pela maternidade é cultural e que, portanto, a ausência de filhos não seria percebida da mesma forma por todas as mulheres, em algumas passagens do ensaio, os psicanalistas apresentaram explicações “pouco culturais” sobre a maternidade. Isso pode ser verificado quando a reportagem afirma que: “Certos psicanalistas ainda pensam que as mulheres, frustradas por não terem pênis, são levadas a querer um filho para substituir o órgão ausente.” (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 40). Outros psicanalistas afirmavam que mulheres querem ter filhos para repetir o que ancestrais do mesmo sexo fizeram, ou seja, querem ter filhos porque suas mães tiveram filhos e assim seria para sempre.

A revista não trouxe um contraponto às argumentações desses especialistas, apenas as apresentou, mencionando as questões culturais que envolvem a escolha em ter ou não ter filhos, contudo, nenhum sociólogo ou historiador foi ouvido pela revista nessa reportagem.

Um ponto importante ressaltado pela reportagem é o fato de procurar desconstruir o estereótipo negativo que poderia ser vinculado à ausência de filhos:

Atualmente os dois valores coexistem: mito de maternidade e anticoncepção. A mulher pode

decidir se vai ou não ter filhos sem se arriscar a uma sanção da sociedade. Não existe mais, principalmente em centros adiantados, quem considere a mulher sem filhos egoísta e fria. (PAIS & FILHOS, maio de 1971, p. 42).

Com essa reportagem, a *Pais & Filhos* inicia, ainda que timidamente, uma ação discursiva no sentido de questionar os estereótipos sobre mães e não-mães. É evidente que o discurso médico apresentado e destacado ao longo dessa reportagem ainda enfatiza questões que remetem à naturalização da maternidade e, portanto, reforçam os estereótipos sobre as não-mães. Mas o fato dessa reportagem ser publicada, de ter como título um questionamento sobre a ideia de ter filhos, e de trazer alguns parágrafos mencionando a possibilidade de escolha, já me pareceu um avanço nos debates sobre a maternidade pela revista. A reportagem diz que mulheres sem filhos não são mais vistas como egoístas e frias, ao menos em alguns centros urbanos. Tal afirmação me parece significar duas coisas: primeiro, as mulheres sem filhos já foram vistas dessa forma nos grandes centros urbanos; e, segundo, em algumas localidades “atrasadas” elas ainda poderiam ser vistas dessa forma.

Fria e egoísta são adjetivos que remetem a noções de distanciamento ou mesmo de certo isolamento social. Assim, a ausência de filhos foi motivo para que essas situações estivessem associadas à personalidade das mulheres. A não-maternidade poderia ser vista como um limitador para a vivência de alguns sentimentos e mesmo para a experiência de algumas formas de sociabilidade e de intimidade. Anthony Storr (1996) compreende que, em termos filosóficos, psicológicos e sociológicos, os seres humanos são definidos por suas capacidades de formar e manter relações em diferentes graus de intimidade.

A ideia de intimidade como uma qualidade na existência das relações entre

as pessoas é relativamente recente, mas auxiliou a consolidar a noção de que a experiência de maternidade é uma forma de intimidade das mais intensas e capazes de fornecer uma espécie de “verdadeira intimidade”, que seria a intimidade existente entre mãe e filho. Assim, mulheres que não exerceram suas “funções maternas”, supostamente seriam mais “frias”, “egoístas”, distantes da noção contemporânea de intimidade, pois desconheceriam esse tipo de relação. Nesse sentido, mesmo vivendo com outras pessoas, seriam sempre marcadas pelo estigma da solidão, tendo em vista que o vínculo afetivo com um filho, esse vínculo descrito como intenso e único, não existiria.

Para Storr (1996), existe uma forte vinculação entre a noção contemporânea de intimidade e o modelo de conjugalidade que, predominantemente, vem acompanhado da ideia de filhos. Tais modelos acabam por relegar à solidão pessoas que não queiram ter filhos ou que não os possam ter. O autor argumenta que os seres humanos são dotados de diferentes formas de lidar com a solidão e, portanto, existem diferentes formas também de conexões. Desse modo, a solteirice, a moradia individual ou a ausência de filhos não são situações que definam em absoluto a vida das pessoas, havendo outros arranjos de sociabilidade e de intimidade, não estando, por isso, condenadas ao isolamento social.

A suposta solidão que a não-maternidade traria para a vida pessoal de cada mulher foi parcialmente questionada nas reportagens que debateram o “instinto materno”. Ao apresentar e citar o livro de Badinter e mesmo as pesquisas culturalistas da antropóloga Margaret Mead sobre a maternidade, a revista argumenta que existem muitas outras formas de relações, intimidades e possibilidades de realização pessoal para além da maternidade. Todavia, essa posição não é predominante na linha

editorial assumida pela revista. A grande maioria das reportagens remete à maternidade como sendo um dom, instinto, uma vocação feminina.

Nessa linha, a reportagem de fevereiro de 1981, intitulada “Eu roubei um bebê”, foi publicada na forma de depoimento em 1ª pessoa e narra a história de uma mulher que após ter abortos espontâneos e uma gravidez psicológica decide roubar um bebê na maternidade para “apresentar” ao marido.

Logo na abertura da reportagem, a revista publicou o seguinte: “O instinto materno é uma força poderosa a tal ponto que pode adoecer momentaneamente uma pessoa e dirigi-la a praticar atos que sua consciência normalmente reprovava.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1981, p. 79). Se na reportagem de 1971 a revista questionou a obrigação em ter filhos e a construção acerca do instinto materno, dez anos depois, em fevereiro de 1981, a mesma revista reforça a existência do instinto, afirmando que ele é tão poderoso a ponto de levar a mulher a cometer coisas ilícitas em nome do desejo de ser mãe, como roubar um bebê.

Nessa mesma reportagem, a revista *Pais & Filhos* dá espaço e destaque para o instinto materno e, ainda, reforça a fixação do padrão de conjugalidade articulado com a presença de filhos, ou seja, um casamento feliz deveria proporcionar a chegada de filhos ao casal. Quando trata da história de uma mulher sem filhos e sem nome¹, a revista publica uma narrativa de sofrimento, culpa e isolamento. Para a mulher sem nome, o não conseguir levar a cabo uma gestação era algo frustrante e limitador, principalmente pelo fato de que ela sabia que seu marido desejava uma criança. Quando o marido aparece na narrativa é como vítima, pois a mulher sem nome

tinha um “problema” que o afetava e com o qual ele tinha de conviver.

A sensação torturante de não ter filho, então, começou a criar um enorme sentimento de culpa em meu marido. Ele se sentia culpado por, inconscientemente, imaginar que eu não era uma mulher completa, já que não podia lhe dar uma criança. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1981, p. 82).

A noção de que “uma mulher completa” deveria dar ao marido um filho era amplamente difundida pela revista, pois, mesmo quando tratava das construções culturais sobre a maternidade, questionando o instinto materno, a revista *Pais & Filhos* acabava por reproduzir essa ideia.

O marido aparece como um “inocente torturador”, pois, segundo o depoimento, ele a culpava “inconscientemente”, e tal atitude mostrava a ela que sua união conjugal não estava completa como ambos haviam planejado. Novamente, aqui aparece o modelo idealizado de família monogâmica e nuclear, algo que Ortega (2002) classificou como uma espécie de “tirania da intimidade”, na medida em que o ideal de amor conjugal acabou por moldar um estilo de família, de intimidade e de sociabilidade familiar que envolve também as crianças. A possibilidade de uma intimidade plena do casal e da obrigação de geração de filhos para ampliar ainda mais essa intimidade acabou por “sufocar” outras formas de vivências para as relações afetivas e conjugais. Assim, amizades e sociabilidades diversas foram substituídas por uma concepção de intimidade pautada exclusivamente na manutenção de um par conjugal romântico e nos “frutos do amor”, ou seja, nos filhos.

A história da mulher sem nome

nome fictício. Considerei importante chamá-la aqui de “mulher sem nome”, justamente para explicitar a forma como mulheres que não conseguiam engravidar apareceram nas páginas da revista *Pais & Filhos*.

¹ A reportagem narra a história de abortos espontâneos e sofrimentos vividos por uma mulher, mas não menciona seu primeiro nome. Tampouco existiu a preocupação de dar-lhe um

que roubou um bebê termina com um processo de gestação psicológica que a fez ganhar peso, ter enjoo e fazer o enxoval do bebê. Seu marido viajou a trabalho por alguns dias e ela teve um sangramento nesse período. Foi até a maternidade e descobriu que viveu uma gestação psicológica. Em seguida, a mulher sem nome decidiu ir até o berçário onde pegou um bebê recém-nascido:

Quando, enfim, numa certa manhã recebi alta, apavorei-me com a ideia de chegar em casa sem barriga, sem qualquer sintoma de gravidez e – o que era pior- sem meu filho nos braços. [...] No íntimo sabia que alguma coisa estava para acontecer. Era hospital público e o berçário quase não comportava o número de bebês que ali eram colocados. Apenas duas mulheres tomavam conta de tudo aquilo e, certamente, não iam dar falta de apenas uma criança no meio de tantas... [...] fui impelida a um pequeno berço, onde estava um garotinho moreno. Tateei a cama, peguei-o e senti uma coisa que jamais esquecerei em toda a minha vida: a cabecinha dele no meu pescoço, o calor, os movimentos pequenos, a pele macia, a respiração rápida, a candura de sua expressão. Embevecida, cobri-o com um manto e desci as escadas que me separavam da rua, automaticamente. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1981, p. 84).

Ao chegar em casa, se deparou com as malas do marido que havia voltado da viagem. Apresentou-lhe a criança, dizendo: “Aqui está seu filho. Aqui está o Bruno – e deitei-lhe a criança roubada nos braços.” (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1981, p. 84). Como a mulher passou por um longo período de gestação psicológica, todos acreditaram, inclusive o marido, que ela estaria por volta de 37 semanas de gravidez, ou seja, estaria entrando no nono mês. A criança roubada não causou surpresa. Ela então colocou a criança sobre uma mesinha para a primeira troca

de fraldas. O marido ao lado assistia emocionado os primeiros momentos de Bruno em seu lar. Porém, nesse momento, a mulher percebeu que algo havia saído errado e ela não poderia manter a história de parto. Ao iniciar a troca de fraldas, o casal percebeu que a criança era uma menina e não um menino, como ela havia anunciado ao chegar em casa.

Segundo o depoimento, a mulher entrou em desespero, chorou muito e acabou por confessar ao marido que não estivera grávida, que ela própria havia se enganado com sua suposta gestação, que não foi nenhuma vez ao médico e que roubou a criança. O casal voltou ao hospital e, em conversa com a direção do local, devolveu o bebê. Como o roubo durou poucas horas, a polícia ainda não havia sido informada e, segundo a mulher, nunca chegou a ser. Em comum acordo, a criança foi devolvida e o hospital não informou a nenhuma autoridade o ocorrido.

Não vou entrar no debate se essa história é real ou ficcional, pois interessa seu efeito narrativo. A história desse casal termina com a saída de ambos do hospital e o consolo do marido à esposa. A revista limita-se a explicar o que é uma gravidez psicológica e, ao fim da reportagem, aconselha as mulheres que desejam ser mães mesmo sem poderem:

Uma maneira saudável de buscar um substituto que lhe permitirá canalizar seu legítimo e justo sentimento maternal: adotar uma criança, dedicar parte de seu tempo a uma entidade beneficente, realizar um trabalho produtivo são soluções que, se não representam a perfeição, pelo menos possibilitam desligar-se do estado de obsessão. Não são raros os casos de mulheres tidas por inférteis que engravidam logo em seguida a uma adoção, por exemplo. (PAIS & FILHOS, fevereiro de 1981, p. 85).

As sugestões da revista se apresentavam como uma espécie de

manual para lidar com a ausência de um filho que nunca existiu concretamente, mas que existia no desejo daquelas mulheres. Desejar um filho e ser submetida constantemente à ausência, provocou a gravidez psicológica da mulher sem nome narrada nas páginas da *Pais & Filhos*.

Na reportagem, a barriga da suposta grávida chega a crescer e aquela mulher realmente se prepara para a chegada de um bebê depois de tantos abortos e períodos onde a fecundação não foi possível. Quando apareceu um sangramento e a notícia que não havia uma gestação, a mulher viveu o que poderíamos classificar como um luto pela ausência da criança.

Vera Maluf (2008) demonstrou que o desejo por um filho e a impossibilidade (parcial ou total) da realização desse desejo pode causar profundo sofrimento psíquico e a experiência de luto.

O luto se relaciona ao sentimento provocado pela dor da perda, ou seja, pelo desejo de presença e constatação da ausência. Para Maluf (2008), essa experiência é vivenciada por diversos indivíduos em situações variadas. É, portanto, uma reação vital, e sua durabilidade e intensidade podem variar, dependendo do contexto social e interno das pessoas. Assim, a ausência que provoca o luto não é algo linear. Para a mulher sem nome, o luto pela perda do filho a levou a cometer um crime, a roubar uma criança. Essa foi a forma como lidou com a dor da ausência, pois ela, desejosa de filho, não queria voltar para casa sem barriga e sem criança.

Todavia, os sentimentos provocados por uma vida sem filhos não são únicos. No mundo da ausência de maternidade não existe apenas dor, existe também opção, escolha, outros desejos e resignificação.

Referências

- ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *O Conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BERQUÓ, E. (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.
- _____. Brasil: um caso exemplar. Anticoncepção e partos cirúrgicos à espera de uma ação exemplar. *Estudos Feministas*. V 1, n2, p 366-381, 1993.
- BLAY, Eva. Uma questão de ética: direito à maternidade voluntária. *Bioética*. Simpósio Aborto. V 2, N1, 1994.
- BRAIDOTTI, Rosi *Sujeitos nômades: Corporización y diferencia sexual em La teoria feminista contemporánea*. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira L. *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. 2ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
- CANDAUI, J. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHODOROW, N. *Psicanálise da Maternidade. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- DAUPHIN, C. Mulheres sós. In: PERROT, M.; DUBY, G. *A história das mulheres no Ocidente, o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991.
- FISCHER, Rosa M. B. . Mídia e produção do sujeito: o privado em praça pública. *Cadernos de História da Educação (UFU)*, Uberlândia (MG), v. 1, n.10, p. 9-20, 2002.
- FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

- FOUCAULT, M. A política da saúde no século XVIII. In: ____ *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GONÇALVES, Eliane. Nem só, nem mal acompanhada: reinterpretação a “solidão” das “solteiras” na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 189-216, jul./dez. 2009.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- HAYS, Shoron. *Contradições culturais da maternidade*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- KOSLINSKI, A.P.Z. *O discurso PSI na revista Pais & Filhos durante as décadas de 1960 e 1970*. Monografia de graduação em história. Universidade Federal do Paraná, 2014.
- LUCA, Tania. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla; ET AL. *Fontes Históricas* São Paulo: Contexto, 2005.
- MALUF, V. *Fertilidade e Maternidade. O desejo de um filho*. São Paulo: Atheneu, 2008.
- MANSUR, Luci Helena B. *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- _____. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. n 23 v 4, 2003.
- MARTINS, A.P.V. *Dar a Luz. Experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o hospitalar*. Relatório de pós-doutorado. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2004.
- MITJAVILA, Myrian; ECHEVESTE, Laura. Sobre a construção social do discurso médico em torno da maternidade. IN: *Alternativas escassas. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. Rio de Janeiro: Carlos Chagas, 1997.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, J; CORBIN, A. *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOURO, Solange Maria S. Rolin; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Revista Psicologia: ciência e profissão*. n. 24, p 44- 55, jan-jun, 2004.
- ORTEGA, F. *Genealogias da amizade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogos com as Ciências Sociais. *Cadernos Pagu*. São Paulo: n 16, 2001.
- SCHWENGBER, M.S.V. Distinções e articulações entre corpos femininos e corpos grávidos na Pais e Filhos. IN: *História: questões e debates*. Parto e Maternidade. N 47, ano 24. 2007.
- _____. *Donas de Si? Educação de corpos grávidos no contexto a Pais e Filhos*. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- STORR, A. *Solidão. A conexão com o eu*. São Paulo: Paulus, 1996.
- TAMANINI, Marlene. *Novas Tecnologias Reprodutivas à luz da bioética e das teorias de gênero: casais e médicos no Sul do Brasil*. Tese. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, 2003.
- ZELDIN, T. *Uma história íntima da humanidade*. Rio de Janeiro: Record, 1994.